

**TABUS LINGUÍSTICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS ESTUDOS
VARIACIONISTAS DA LINGUAGEM****LANGUAGE TABLES AND THEIR DEVELOPMENTS IN VARIATIONIST
STUDIES OF LANGUAGE**Denise Ramos Cardoso¹**RESUMO**

O referido artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre a construção de tabus linguísticos a partir de uma perspectiva dos estudos variacionistas da linguagem. A Fundamentação Teórica está alojada no campo da Sociolinguística, especificamente da Variação Linguística. A Metodologia é do tipo bibliográfico, pois diferentes autores dialogam em uma perspectiva interdisciplinar e complementar, o que torna o objeto da investigação mais complexo. A pesquisa aponta para construções sintáticas e semânticas estigmatizadas por uma parte da sociedade, ao considerar que a pluralidade da língua falada ainda é vista como tabu em diversos campos da vivência humana.

Palavras-chave: Oralidade. Sociolinguística. Variação Linguística.

ABSTRACT

This article aims to present a theoretical discussion on the construction of linguistic taboos from a perspective of the variationist studies of language. The Theoretical Foundation is housed in the field of Sociolinguistics, specifically Linguistic Variation. The Methodology is of bibliographic type, because different authors dialogue in an interdisciplinary and complementary perspective, which makes the object of the investigation more complex. The research points to syntactic and semantic constructions stigmatized by a part of society, when considering that the plurality of the spoken language is still seen as taboo in several fields of human experience.

Keywords: Orality. Sociolinguistics. Linguistic Variation.

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, apresentamos uma discussão teórica sobre tabus linguísticos, a partir de um viés da Sociolinguística Variacionista. Para isso, problematizamos a concepção de “tabu linguístico” enquanto manifestação de estigmas da língua oral,

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Docente da Universidade Estadual do Pará (UEPA). E-mail: dcardoso2005@hotmail.com.

comumente encontrados em determinados contextos sociais, em razão do considerável pluralismo da oralidade.

A Fundamentação Teórica procura correlacionar saberes da Variação Linguística com as demais ramificações da Sociolinguística, partindo da premissa de que são estudos pertinentes à temática aqui discutida. Iremos discorrer com maior propriedade sobre essas teorias no decorrer deste trabalho.

A Metodologia é do tipo bibliográfico, uma vez que a confluência de saberes teóricos entre diferente autores é a mola propulsora às discussões que travamos aqui. Essa iniciativa se mostra pertinente, partindo da necessidade de se relativizar, de maneira coerente, os questionamentos acerca da pluralidade da língua falada.

Por fim, esperamos que esse artigo possa render ganhos significativos à comunidade acadêmica e não acadêmica, de maneira a sugerir desdobramentos vindouros. A oralidade, enquanto ferramenta semiotizadora de comportamentos sociais múltiplos, deve receber a atenção científica que lhe é devida, pois mostra, de maneira clara, como a sociedade, enquanto elemento orgânico, é materializado no comportamento humano de maneira bastante evidente.

2 TABU: PALAVRA PROIBIDA

Sabemos que, a cada dia, tem crescido a importância dos estudos dialetais, não mais unicamente no campo da Linguística, mas também em outras áreas do conhecimento. Nas relações fronteiriças, as interfaces com a História, a Geografia e, principalmente, a Antropologia podem ser observadas. Estudos sobre a temática dos tabus são exemplos que oportunizam o diálogo com tais áreas de conhecimento.

O tabu é uma “questão” social. Ele se constitui por meio das relações sociais. Assim, sua existência vem do começo dos tempos e, sobre ele, povos e sociedades associam certas crenças, costumes e hábitos. Sobre a questão, conforme Rodrigues, é importante pontuar que:

a sociedade não é simplesmente uma coisa, mas uma construção do pensamento. As relações sociais envolvem crenças, valores e expectativas, tanto quanto interação no espaço e no tempo. A sociedade é uma entidade provida de sentido e significações (RODRIGUES, 1983, p. 29).

Diante das questões pontuadas acima, é possível trabalhar na perspectiva de que a construção de *Tabus* são considerações dos falantes, a partir das representações que os mesmos qualificam ser uma coisa “X” ou “Y”, representando, ainda, um patrimônio ou legado sociocultural difundido de geração a geração.

Logo, “o código de leis não escrito mais antigo do homem. É suposição geral que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a um período anterior a existência de qualquer espécie de religião” (WUNDT, 1906, *apud* FREUD, 1969, p. 37).

Em 2013, comemorou-se o centenário de *Totem e Tabu*, de Sigmund Freud, uma das obras clássicas sobre o tema. Em sua própria definição, Freud (1969, p.48) considera que:

os tabus são proibições de antiguidade primeva que foram em certa época externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social.

Tabu provoca nos indivíduos sensações diversas, que os leva, inclusive, a evitar determinadas ações, gestos e até mesmo, o pronunciamento de algumas palavras. O tabu pode, portanto, estar relacionado a objetos, a lugares, a pessoas, a animais e também a nomes. Mais ainda, quando a proibição tem origem de ordem religiosa, social e cultural, tornando a questão um pouco mais complexa. O temor ou receio que algo ruim possa acontecer, ou a possibilidade de ser mal interpretado ou punido, provoca no indivíduo reações diversas o fazendo evitar ações e palavras, decidindo pelo silêncio ou por expressões substitutivas.

Os tabus podem ser estudados segundo diferentes concepções teóricas. Ainda no campo dos estudos de psicanálise, Freud optou por classificar os tabus em duas categorias: *permanentes e temporários*. Segundo ele, os primeiros referem-se “a sacerdotes e chefes, bem como a pessoas mortas e a qualquer coisa que lhes pertença”. Enquanto que os tabus temporários podem estar vinculado “a certos estados particulares, como a menstruação e o parto, a guerreiros antes e depois de uma expedição, ou a atividades especiais como a caça e a pesca” (FREUD, 1969, p. 17). Em grupos sociais mais contemporâneos, ou nas próprias comunidades separadas para esta pesquisa, pode ser muito mais comum os tabus de natureza temporária.

Em estudos no âmbito sociológico e antropológico, diferentemente do campo mencionado acima, as preocupações trazem à tona que as proibições vinculadas ao tabu estão relacionadas a certas representações do universo mágico e religioso. É outro aspecto elementar a se considerar. Em tal perspectiva, “existe uma infinidade de tabus cuja infração envolve automaticamente a aplicação de sanções sobrenaturais” (WILLEMS, 1950, *apud* GUÉRIOS, 1979, p. 1). O próprio conceito dicionarizado no Aurélio recupera essa dimensão cultural e religiosa anunciada pelas ciências sociais.

Poderíamos pensar como exemplo prático da dimensão acima discutida, as muitas designações para a palavra “diabo”. Várias sequer são pronunciadas. Trata-se de um exemplo do tabu no âmbito de crenças e religião. Pode ser uma espécie de autoproteção contra o que os sujeitos podem adjetivar como retaliações maléficas do sobrenatural. Muitos indivíduos e coletividades acreditam no poder sobrenatural e mágico das entidades malignas. Substituir a palavra tida como tabu é ponto a ser investigado qualitativamente e quantitativamente.

Em estudos no Brasil, Guérios (1979) representa referência significativa sobre o tema dos tabus, mais especificamente no campo da linguística. Para o autor, tabu significa:

sagrado – proibido” ou “proibido – sagrado”. Vem “a ser abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida”. Cometendo-se tais atos, ficam sujeitos às desgraças a coletividade, a família ou o indivíduo (GUÉRIOS, 1979, p. 1).

Para maior detalhamento e reflexão, a autora supracitada defende a ideia de que existem diferentes tipos de tabus, a saber:

- 1) *objetos-tabu*: “que não devem ser tocados”;
- 2) *lugares-tabu*: “que não devem ser pisados ou apenas de que se não deve avizinhar”;
- 3) *ações-tabu*: “que não devem ser praticadas”;
- 4) *palavras-tabus*: “que não devem ser proferidas”.

As análises do autor sugerem que a origem da palavra tabu compõe a línguas do ramo malaio-polinésico. Outras hipóteses sobre a tal origem foram levantadas, como a de ser “uma palavra austrálica que da velha Índia passou aos Polinésios”. O certo que

é consenso que somente um vasto estudo de cunho comparativo poderia dar conta de identificar a forma mais antiga de tabu, o que não há até o presente.

Afirmações de Cunha (2007) defendem a origem inglesa da palavra tabu. Oriunda do Inglês Taboo, derivada do Tonga (idioma da Polinésia). Cook (1728-1779) anglicizou *tapu* dando origem ao *taboo* e daí surgiu o termo tabu em português. Cook comprovadamente registrou em suas viagens ao Oceano Pacífico, inúmeros comportamentos tabus (*tapu*), mais especificamente nas ilhas de Tonga. Nesta ilha, nativos usavam o termo *tapu* como representação de medos e proibições, e outros aspectos do sagrado entre os domínios de sua cultura. Tocar na pessoa do rei e em vítimas dos sacrifícios aos deuses tinha sentidos ou contornos de tabu, por serem marcados pela proibição. Entre os antigos polinésios tudo o que por eles era valorizado e considerado importante tornava-se objeto de tabu: os homens, os lugares, os bichos, as coisas etc.

Desta forma, retomando a concepção que os indivíduos potencializam com maior ou menor força os sentimentos de tabu, é possível entender o tabu como um aspecto cultural construído socialmente que caracteriza indivíduos e grupos. Para fins deste trabalho, nos deteremos mais especificamente no tipo “palavras-tabu”, ou seja, “que não devem ser proferidas” conforme as definições de Guérios (1979).

3 OS TABUS LINGUÍSTICOS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Produções em nível de dissertações, teses e artigos acerca de Tabus Linguísticos tem crescido no Brasil. As obras socializam resultados de pesquisas que apresentam conclusões de abrangência nacional, mas também sobre regiões específicas. No entanto, é possível destacar ainda, que o clássico trabalho de Guérios (1979) é o principal aporte teórico das produções consultadas. Alguns trabalhos serão aqui revisados.

Na obra intitulada “Tabus Linguísticos”, de Guérios (1979), é possível identificar uma definição pontual para o termo tabu linguístico, bem como uma classificação para os mesmos, citando exemplos de diversos lugares, especialmente da Polinésia, sendo raros, entretanto, os exemplos referentes ao Brasil.

Para o autor, foi Meillet (1903) quem, no ramo da Linguística, inseriu a definição de tabu em uma comunicação a Sociedade de Linguística de Paris. Chama atenção ainda, que o termo tabu linguístico em português foi usado pela primeira vez por João da Silva Correa.

Nas análises de Guérios, o tabu linguístico “é uma modalidade do tabu em geral, ou é um prolongamento dos demais tabus” (1979, p. 6). Como podemos perceber, sua definição não vai de encontro com as concepções/conceitos dos diferentes campos de conhecimento já aqui nesta dissertação abordados. Vemos que não poderiam, até mesmo pela anterioridade das pesquisas que pautaram tais conclusões, especialmente no nível das ciências humanas.

Especificando a análise com outros ramos de pesquisa científica, Guérios (1979) refere-se ao Tabu como um fenômeno de caráter universal. Além disso, não é homogêneo, pois possui variações conforme a comunidade.

Partindo desse princípio, e influenciado a nosso ver pela classificação de Freud já aqui apresentada, Guérios (1979) defende que certos tabus linguísticos podem ser de caráter temporário, ou seja, vinculado a um “estado temporário” como o de estar menstruada, parir etc. Logo, “em geral, os vocábulos tabus ou tabuizados não chegam ao completo desaparecimento; mais frequentemente permanecem, quer sob a forma de derivados, quer como deformados sob vários aspectos” (GUÉRIOS, 1979, p. 6). São os sujeitos, social e culturalmente localizados, que definem essa permanência ou mudança.

Além do fato possível que os tabus podem estar relacionados com “estados temporários”, Guérios na mesma obra citada acima, defende que os tabus linguísticos são construídos socialmente também por conta das questões de crença e religião. Explicando melhor, crenças arraigadas em diferentes sociedades ditam a existência de poderes sobrenaturais nas mãos de seres também espirituais que, por sua vez, compõem o que podemos chamar aqui de o mundo do bem e o mundo do mal. Sem muito adentrar nesse debate mais sócio antropológico, talvez pelos limites do próprio contexto de produção de sua obra, os tabus linguísticos para ele aplicam-se às palavras que, segundo crenças arraigadas, o que podemos chamar de tradição, se proferidas, podem evocar alguma retaliação ou desgraça oriunda das entidades espirituais. Nesse caso, a palavra tabu não é pronunciada e quase sempre é substituída por outra “desprovida” de poder “sobrenatural”. Em seus próprios termos, Guérios (1979, p.1) apresenta que “as palavras

exteriorizadas podem ter forças sobrenaturais benéficas ou maléficas, porém há palavras que não devem ser exteriorizadas, a fim de evitarem malefícios dos mesmos poderes. Estes vocábulos são tabus”.

Com base no que já fora exposto anteriormente, os tabus linguísticos podem ser resultantes de aspectos referentes à vida social. Questões referentes à decoro ou pudor, ou também relacionadas a muitas normas ditadas pela sociedade. Assim, ajustadas por esses aspectos, a pronúncia de certas palavras é evitada com o fim de não causar desconforto ou também, não ofender a outrem. A título de exemplo, uma falante pode mencionar a palavra “prostituta” ao invés de “biscate” para designar uma mulher que se vende para qualquer homem. “Prostituta” possui carga semântica menos ofensiva do que “biscate”.

O exemplo acima pode suscitar a hipótese de que os tabus podem estar associados a outras questões para além do campo das religiões, crenças populares, superstições. É possível também que ele esteja relacionado à costumes e a aspectos sociais e morais, como educação, comportamentos, regras, boas maneiras, amabilidade cortesia, decência etc. Assim, torna-se comum evitar palavras que sejam delegantes, mal-educadas e muito menos indecentes.

As proibições vocabulares acabam por sua vez conduzindo o indivíduo falante a “correr atrás” de estratégias e lançar mão do eufemismo. A ideia central dessa busca é o interesse de suavizar a carga semântica contida na palavra tomada como tabu. Para Ullman (1964, p. 426), que analisa esse processo, “na maioria dos casos, embora não em todos, a palavra tabu será abandonada e introduzir-se-á um substituto inofensivo, um eufemismo do grego eu “bem” + pHEME “falar”. Trata-se de uma maneira menos agressiva e mais atenuante de apresentar fatos ou ideias sem que machuque ou atinja alguém.

A propósito, Guérios (1979, p. 11-12) também destaca o que considera diferenças entre o eufemismo e o termo noa. A “expressão substituta que atenua uma ideia triste ou desagradável, pertencente, por consequência, ao domínio ou do sentimento”, pode ser classificado como eufemismo. Já a expressão noa “faz parte do domínio mágico-religioso”. Noa tem valor ambivalente de modo que “de um lado, prudentemente, aplica-se ao ser interdito; de outro, evita-lhe as consequências funestas ou apenas desagradáveis”.

A partir do que se compreende como tabu/tabu linguístico, é possível atentar para a classificação dos mesmos como procedimentos teórico-metodológicos que nortearam inúmeros outros trabalhos e proporciona avanços na compreensão das realidades locais e mais especificamente o perfil das comunidades de fala.

Ullmann (1964, p. 426-427), por sua vez, foi um dos que se preocuparam com a divisão ou classificação dos tabus linguísticos. Segundo ele, os tabus podem ser classificados em três grupos, a saber:

- 1) o tabu de medo, que está relacionado aos seres sobrenaturais como, por exemplo, a pronúncia do nome de Deus e do nome do diabo;
- 2) o tabu de delicadeza que se refere diretamente a assuntos desagradáveis como doenças e morte e,
- 3) o tabu de decência que está ligado ao sexo, a certas partes e funções do corpo humano e aos juramentos

Na obra de Guérios (1979) aparecem recuperadas várias classificações para os tabus linguísticos, organizadas por diversos autores que embasaram o seu trabalho. Por considerar que até aquele momento havia sido construída “muito genericamente” uma divisão ou classificação dos tabus linguísticos, apresentou a sua, e ao longo da obra, se preocupou em exemplificar e meditar sobre cada um deles. Para ele, os tabus linguísticos estão classificados em 11 (onze) tipos a saber:

- 1) Tabus em nome de pessoas
- 2) Tabus em nomes de parentes
- 3) Tabus em nomes de autoridades
- 4) Tabus em nomes religiosos (teônimos, hierônimos, etc)
- 5) Tabus em nomes de mortos
- 6) Tabus em nomes de animais
- 7) Tabus em nomes dos membros do corpo humano
- 8) Tabus em nome de lugares e circunstâncias
- 9) Tabus em nome de doenças e defeitos físicos

10) Tabus em nome de alimentos

11) Tabus em nomes vários

Tal classificação apresentada por Guérios (1979), bem como o detalhamento e explicação das mesmas por toda a obra do autor, subsidiaram a análise de dados para vários trabalhos de pesquisa realizados após isso, inclusive recentes nas formas de artigos, dissertações e teses. Almeida (2007) se propôs a elaborar um glossário de tabus linguísticos que se apresenta como banco de dados para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. A escolha é devido a carência de estudos de linguagem e seus usos, suas variantes linguísticas e especialmente no campo do tabu linguístico.

Segundo a autora, todo falante da língua local depara-se com expressões, palavras que não podem ser proferidas, faladas e são comumente evitadas. Para não sofrer sanções individuais ou coletivas, procura formas de amenizar, o que diz por meio dos tabus linguísticos. Defende Almeida que esse tipo de investigação se apresenta importante cientificamente na medida em que o mapeamento dos tabus linguísticos, se postos em posição contrastiva, pode representar uma significativa contribuição para a compreensão das mentalidades e cosmovisões dos diversos grupos analisados.

Benke (2012) também destaca a grande relevância no estudo dos tabus linguísticos. Tal relevância perpassa basicamente dois aspectos: o linguístico e o antropológico. Insiste que “os tabus linguísticos estão diretamente ligados a língua” e se associa de fato à valores e crenças estabelecidas nas culturas.

Em sua dissertação de mestrado, se propôs a conhecer a realidade sócio histórica e cultural das cinco regiões administrativas do Brasil por meio de interface com diferentes áreas de investigação como a Dialetologia, Geolinguística, Etnolinguística, Lexicologia, Sociologia, Antropologia e outras afins. Trata-se do Estudo do léxico, com ênfase para as questões de tabu linguístico a partir de itens lexicais relacionados a vida social como sexualidade, ciclo da vida, dimensão mágico-religiosa e dificuldades de aprendizado.

Do ponto de vista antropológico Benke (2012), assim como Almeida discutida anteriormente, reitera que o estudo dos tabus linguísticos indica aspectos relevantes de como um determinado grupo social se compreende, se vê, e como atribui significados a realidade que se encontra inserido. Valores serão notadamente expressos na língua, mais

especificamente no léxico, pois vão refletir o ambiente físico e sociocultural dos falantes.

Como exemplo de um estudo mais localizado, espacialmente, temos o trabalho de Oliveira (2011). Com o objetivo de desenvolver uma reflexão sobre os tabus linguísticos envolvendo o corpo humano, o estudo foi baseado em 50 questões do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (2001) e cinco elaboradas especificamente para sua pesquisa, aplicadas para o Estudo da variação Lexical do Português Falado na Ilha dos Valadares, Paranaguá-PR. De acordo com alguns resultados, várias foram as estratégias de substituição do termo tabuizado (eufemismos e disfemismos) e os informantes manifestavam comportamentos diversos no processo de entrevista. Desconforto e constrangimento foram alguns deles.

Oliveira (2011) sinaliza ter sido de fundamental importância para seu trabalho, em especial para análise dos dados, levar em consideração a cultura caiçara, característica da Ilha dos Valadares, parte da cultura crioula ou cabocla, como fruto do aporte cultural dos europeus, negros e índios. Nesse sentido, o fandango, como manifestação na Ilha dos Valadares, destaca a religião, o mito e a linguagem, como elementos importantes no universo caiçara e o cotidiano dos moradores. A percepção e a memória dos informantes são caminhos possíveis na busca de respostas para a compreensão da identidade caiçara na Ilha dos Valadares.

Assim, a importância da classificação dos tabus e a compreensão dos mesmos também a partir das memórias e histórias das comunidades de fala se cristalizam como investigação importante. Contribuem diretamente para despertamentos sobre as proibições socioculturais, as variações dos vocábulos, as cargas semânticas etc. e para conhecer grupos humanos diversificados, como é o caso das comunidades quilombolas do nordeste paraense, pontos de inquérito definidos para este trabalho.

4 ASSOCIAÇÃO ENTRE MITO E LINGUAGEM

O trabalho com/em comunidades rurais da Amazônia nos aproxima de muitas tradições que compõem o cotidiano e o imaginário popular. Tais tradições, histórias nos permitem mais comumente estar na fronteira entre o mito e a realidade. Dentre as várias definições, “o mito corresponde às crenças de um povo, do conjunto, da comunidade, da

coletividade. Por isso, ele se torna a “verdade” desse povo. Não é a verdade comprovada em laboratório, mas a verdade de uma mentalidade coletiva” (FEIJÓ, 1994, p. 12-13).

Algumas conceituações bem contemporâneas acerca do mito, ainda sofrem influência da compreensão greco-romana da antiguidade clássica, talvez pela relação indissociável entre vida concreta e mitologia. No Dicionário de Símbolos, o conceito de mito aparece como:

uma maneira de traduzir aquilo que pertence a opinião e não a certeza científica. Seja quais forem os sistemas de interpretação, eles ajudam a perceber uma dimensão da realidade humana e trazem à tona a função simbolizadora da imaginação. Ela não pretende transmitir a verdade científica, mas expressar a verdade de certas percepções (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2008, p. 612).

A definição de mito de Feijó (1984) vai ao encontro da apresentada na citação acima. Assim como na antiguidade clássica, o mito não é acima de tudo o que precisa ser comprovado. Ele é uma verdade presente no imaginário social e que molda por sua vez muitos comportamentos, dita regras de relacionamento inclusive com o natural e com o sobrenatural. Há pessoas, cenários, animais, ações, atitudes, códigos etc no campo dos mitos, que definem, operam, e caracterizam o cotidiano de muitos grupos, sociedades e comunidades.

Os tabus linguísticos, dessa forma, representam uma espécie de essência mitológica. O que para homens ditos modernos, por exemplo, alimentação e sexualidade podem ser tidos como questões puramente fisiológicas, para grupos humanos tidos como primitivos (no sentido de primeiros no critério de tempo) pode ser um sacramento, sua comunhão e relação com o sagrado, ou também, pode ser um código comportamental.

Assim, da mesma maneira como os tabus, os mitos são criados conforme as convenções sociais de determinado grupo. Eles eternizam o imaginário popular, referindo-se as criações aportadas nos fatos ou na história de uma sociedade que, por sua vez, são transcorridos de geração a geração. Sendo assim, a essência mitológica está na consciência de um povo.

Aqui, talvez tenhamos chegado à um ponto, de resgatar uma ideia já abordada na neste capítulo, especialmente sobre o aporte teórico da sociolinguística para esta

pesquisa. Consideramos que a linguagem, de fato também reflete a visão de mundo, as crenças e a cultura de uma civilização, de um grupo, de comunidades. Nesse particular, a dimensão mitológica que constitui a cultura de certa comunidade linguística também será revelada em sua linguagem. Cassirer (1972, p. 19) em suas considerações sobre essa relação aponta que “a mitologia é, em suma, a obscura sombra que a linguagem projeta sobre o pensamento, e que não desaparecerá enquanto a linguagem e o pensamento não se superpuserem completamente: o que nunca será o caso”.

A palavra nunca possui caráter neutro. No mundo mítico não é diferente, é carregada de poderes. É possível supor que a transição do sobrenatural para o natural, ou seja, a objetivação ou concretização do mito pode ocorrer também por intermédio da linguagem. E mais, a oralidade é capaz de perpetuar verdades que vão se tornando coletivas. Sobre um pouco desta discussão, Guérios (1979), em estudos sobre a língua dos índios caingangues de Palmas no Paraná, contribui afirmando que “tratando-se de rezas, cantos mágico-religiosos etc dos povos primitivos, tudo deve ser observado meticulosamente: as suas palavras e frases devem ser proferidas exatamente como ouviram e aprenderam de cor, e repetidas integralmente, sem modificação mesmo do ritmo. Tal não é só para manter ou respeitar qualquer tradição, mas precipuamente para a eficácia do que se deseja, implora e agradece etc. Daí, por sua vez, resulta que, por meio dos séculos, permanecem inalteradas essas manifestações orais, e de tal modo, que as novas gerações as não podem mais compreender ou traduzir, porque as suas palavras já não fazem parte da língua ordinária, a qual seguiu a natural evolução”.

Analisando tais questões, defendemos que várias são as possibilidades de interpretação quando questões similares ocorrem em comunidades indígenas e também em comunidades de ascendência negra ou afrodescendente, remanescente de quilombo ou não. Manter algumas palavras ou modificá-las pode evidenciar a relação com o universo mítico, de tabus vinculados a nome de pessoas, de autoridades parentais (ente queridos) que no imaginário coletivo do grupo, permanecem vivos no mundo sobrenatural e interferem na vida hodierna dos sujeitos.

Para exemplificar melhor a necessidade de o que se pode chamar de uma contextualização mítica, em especial no que diz respeito ao âmbito mágico-religioso, poderíamos verificar que na questão 147, as respostas nas comunidades estudadas foram diversas. É bastante comum o falante não mencionar a palavra “diabo”, por exemplo,

por acreditar que a articulação dessa forma tabuística evoca a aparição do ente maligno por ela nomeada. Isso se deve, evidentemente, as crenças que povoam o imaginário popular, revelando assim, a forma como um grupo linguístico concebe a realidade sociocultural em que vive.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo o que foi discutido, é pertinente considerarmos que a dimensão mitológica pode, é claro, ser analisada por meio da linguagem. Com base no exposto acima, convém ressaltar que os mitos mantêm sim uma relação com os tabus/tabus linguísticos. Se um ser, objeto, animal, atitudes dentre outro, aparecem consagrados nos mitos recorrentes no imaginário social, estarão passíveis de proibições e de interdições linguísticas. Aí se configura uma correlação existente entre mito e linguagem.

Nesse caso, vale retomar a tese de que a linguagem não é apenas um instrumento de interação social, mas, também, um meio de identificar crenças, valores e a cultura de uma sociedade e, nesse contexto, situa-se os mitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. de. **À Guisa de uma Tipologia para os Tabus Linguísticos**: Proposta para um glossário. São Paulo, 2007.
- BENKE, V. C. M. **Tabus Linguísticos nas Capitais do Brasil**: Um estudo baseado em dados geossociolinguísticos. Campo Grande - MS, 2012.
- CASSIRER, E. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. 12. ed. Colaboração de André Barbault et al.; coordenação de Carlos Sussekind; tradução de Vera da Costa e Silva et al. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.
- FEIJÓ, F. J. **Bacias de Sergipe e Alagoas**. Boletim de Geociências da Petrobras, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 149-161, 1994.
- FREUD, S. **Totem e Tabu e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GUÉRIOS, R. F. M. **Tabus Linguísticos**. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1979.

MEILLET, A. **Introduction a L'étude Comparative des Langues Indo Européenes**. Paris: Librairie Hachette, 1903.

OLIVEIRA, C. S. Tabus Linguísticos nas Designações Referentes ao Corpo Humano na Ilha do Valadares, Paranaguá-PR. **SIGNU Estud. Ling. Londrina**, 2011, n 14/2, pp. 457-473.

RODRIGUES, J. C. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ULLMANN, S. **A semântica**: Uma introdução ao estudo do significado. 5. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.